fôrça de lei pertencer, o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nele se contém.

O Ministro da Marinha o faça publicar. Paços do Governo da República, 28 de Abril de 1918. — *Sidónio Pais — Henrique Forbes de Bessa — Martinho Nobre de Melo — Francisco Xavier Esteves — José Carlos da Maia — Manuel José Pinto Osório — João Tamagnini de Sousa Barbosa — José Alfredo Mendes de Magalhães — José Feliciano da Costa Júnior — Eduardo Fernandes de Oliveira — António Maria de Azevedo Machado Santos.*

Decreto n.º 4:188

Tendo o decreto com fôrça de lei n.º 2:423, de 2 de Junho de 1916, alterado a antiga designação dos officiaes auxiliares provenientes da classe dos sargentos condutores de máquinas, sem vantagem alguma para o serviço o não aduzindo ainda esse decreto explicação que motivasse essa modificação:

O Governo da República Portuguesa decreta, e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º Os officiaes auxiliares do serviço naval saídos da classe dos sargentos condutores de máquinas, e actualmente designados auxiliares maquinistas, passam, de futuro, a ter também a designação de maquinistas condutores.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto que todas as autoridades, a quem o conhecimento e a execução do presente decreto com fôrça de lei pertencer, o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nele se contém.

O Ministro da Marinha o faça publicar. Paços do Governo da República, 28 de Abril de 1918. — *Sidónio Pais — Henrique Forbes de Bessa — Martinho Nobre de Melo — Francisco Xavier Esteves — José Carlos da Maia — Manuel José Pinto Osório — João Tamagnini de Sousa Barbosa — José Alfredo Mendes de Magalhães — José Feliciano da Costa Júnior — Eduardo Fernandes de Oliveira — António Maria de Azevedo Machado Santos.*

Majoria General da Armada

1.ª Repartição

2.ª Secção

Decreto n.º 4:189

Sendo de equidade tornar extensiva aos officiaes e aspirantes da armada as subvenções extraordinárias decretadas para os officiaes e aspirantes do exército:

Em nome da Nação, o Governo da República Portuguesa decreta, e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É extensiva aos officiaes da armada, pertencentes aos quadros activos, a subvenção extraordinária de \$70 mandada abonar aos officiaes do exército, por decreto n.º 4:155, de 1 de Abril de 1918.

§ 1.º Este abono é extensivo aos juizes auditores do Tribunal de Marinha e ao mestre de esgrima e gymnastica da Escola Naval.

§ 2.º Aos officiaes do quadro auxiliar e reformados, prestando serviços, é abonada a subvenção de que trata este decreto.

§ 3.º Os officiaes que já recebam qualquer outro subsidio apenas têm direito à subvenção extraordinária de \$40 diários.

§ 4.º Aos alunos da Escola Naval e aos aspirantes das diversas classes da armada é abonada a subvenção extraordinária de \$60 diários.

Art. 2.º A despesa a fazer com o abono das subvenções de que trata este decreto será feita pela verba destinada às despesas excepçionais resultantes da guerra.

Art. 3.º Fica revogada a legislação em contrário e no-

meadamente o despacho de 3 de Janeiro de 1918, que estabeleceu a subvenção de \$40 diários aos officiaes e aspirantes da armada em virtude da carestia da vida.

Determina-se portanto que todas as autoridades, a quem o conhecimento e a execução do presente decreto com fôrça de lei pertencer, o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nele se contém.

O Ministro da Marinha o faça publicar. Paços do Governo da República, 28 de Abril de 1918. — *Sidónio Pais — Henrique Forbes de Bessa — Martinho Nobre de Melo — Francisco Xavier Esteves — José Carlos da Maia — Manuel José Pinto Osório — João Tamagnini de Sousa Barbosa — José Alfredo Mendes de Magalhães — José Feliciano da Costa Júnior — Eduardo Fernandes de Oliveira — António Maria de Azevedo Machado Santos.*

Decreto n.º 4:190

Atendendo a que, pelo decreto n.º 3:518, de 5 de Novembro de 1917, foram reduzidos os tirocínios exigidos aos aspirantes de administração naval, para a promoção ao posto de guarda-marinha;

Atendendo a que, os aspirantes a engenheiros maquinistas, não tendo sido beneficiados por esse diploma, a sua promoção ao posto de guarda-marinha continua a efectuar-se no fim de sete anos, depois da sua entrada na Escola Auxiliar de Marinha, emquanto que os seus camaradas de administração naval alcançam esse posto dois anos depois;

Atendendo a que a instrução prática dos aspirantes a engenheiros maquinistas, não convêm ser alterada pela redução dos tirocínios;

Mas sendo justo desfazer desigualdades de promoção que resultam da letra do decreto acima citado, para os aspirantes a engenheiros maquinistas e aspirantes da administração naval:

Em nome da Nação, o Governo da República Portuguesa decreta, e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º Os aspirantes a engenheiros maquinistas navais, ao terminarem o seu curso na Escola Auxiliar de Marinha, serão promovidos à primeira classe.

Art. 2.º Os aspirantes a engenheiros maquinistas de primeira classe, depois de dois anos de permanência nessa classe, como assistentes dos officiaes engenheiros maquinistas em todos os trabalhos de bordo, e terem feito quarenta dias de navegação a vapor em navios com máquinas alternativas e vinte dias em navios com máquinas rotativas, e quando forem julgados aptos, pelos chefes dos serviços de máquinas dos navios em que tenham servido, para chefes de quarto em máquinas de qualquer potência, satisfeitas as condições gerais de promoção, serão promovidos ao posto de guarda-marinha.

§ único. Os guardas-marinhas engenheiros maquinistas, não poderão desempenhar o cargo de chefes do serviço de máquinas.

Art. 3.º Os guardas-marinhas engenheiros maquinistas com dois anos de posto, tendo noventa dias de navegação a vapor, sendo trinta pelo menos, em navios com máquinas rotativas, tendo desempenhado nesta classe o serviço de chefe de quarto, com boas informações dos chefes de serviço de máquinas com que tenham servido, e satisfeitas as condições gerais de promoção, serão promovidos a segundos tenentes engenheiros maquinistas, ficando aptos para assumirem a direcção das máquinas de potência equivalente às suas gradações, segundo os regulamentos em vigor.

Art. 4.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto que todas as autoridades, a quem o conhecimento e a execução do presente decreto com fôrça de lei pertencer, o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nele se contém.

O Ministro da Marinha o faça publicar. Paços do Go-

vêno da República, 23 de Abril de 1918.—*Sidónio Pais*—*Henrique Forbes de Bessa*—*Martinho Nobre de Melo*—*Francisco Xavier Esteves*—*José Carlos da Maia*—*Manuel José Pinto Osório*—*João Tamagnini de Sousa Barbosa*—*José Alfredo Mendes de Magalhães*—*José Feliciano da Costa Júnior*—*Eduardo Fernandes de Oliveira*—*António Maria de Azevedo Machado Santos*.

4.ª Repartição

Portaria n.º 1:339

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Marinha, em virtude do artigo 27.º do decreto com força de lei n.º 4:083, de 12 do corrente, anular o disposto na portaria n.º 1:063, de 29 de Agosto de 1917, e determinar que as situações dos oficiais auxiliares de saúde naval fiquem sujeitas às disposições seguintes:

Artigo 1.º Os oficiais auxiliares de saúde naval prestarão serviço:

Na Majoria General da Armada, 4.ª Repartição, segundos tenentes ou guardas-marinhas	2
No Hospital de Marinha, primeiro tenente	1
Segundos tenentes ou guardas-marinhas	4

Secretaria, sendo 1 para o serviço exclusivo da companhia de saúde naval:

No Hospital da Marinha, fiscal, primeiro tenente	1
No Hospital da Marinha, despensa, primeiro tenente	1
No Hospital da Marinha, farmácia, segundo tenente ou guarda-marinha	1

Art. 2.º Quando não haja oficiais com a graduação de primeiros tenentes, deverão os cargos a eles destinados ser exercidos pelos segundos tenentes mais antigos.

Art. 3.º Enquanto não houver segundos tenentes em número suficiente para os cargos que vão designados para esta graduação, deverão estes ser desempenhados por guardas marinhas.

Paços do Governo da República, 27 de Abril de 1918.—O Ministro da Marinha, *José Carlos da Maia*.

MINISTÉRIO DO TRABALHO

Direcção Geral do Trabalho

1.ª Repartição

1.ª Secção

Decreto n.º 4:191

Considerando que a medicina deve prestar à indústria o seu concurso valioso, salvaguardando a vida dos que trabalham;

Considerando que é indispensável que o trabalho se exerça nas melhores condições de salubridade e segurança, permitindo uma maior produtividade;

Tendo a experiência mostrado a vantagem de se organizar a Inspeção Sanitária do Trabalho, o que é possível fazer-se sem alterar o espírito do decreto orgânico n.º 2:354, nem aumentar o pessoal, nem a respectiva verba orçamental:

Em nome da Nação, o Governo da República Portuguesa decreta, e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º A Repartição Técnica do Trabalho será constituída por duas secções: 1.ª e 2.ª Secção. Os serviços que actualmente pertencem à 2.ª Secção, pelo artigo 5.º do decreto n.º 2:354, passam para a 1.ª Secção, e os que pertencem à 3.ª Secção passam para a 2.ª Secção.

Art. 2.º É criada a Inspeção Sanitária do Trabalho, que ficará dependente da Direcção Geral do Trabalho.

§ único. Enquanto não tiver instalação própria, esta Inspeção funcionará adjunta à Repartição Técnica do Trabalho.

Art. 3.º As atribuições desta Inspeção são as seguintes:

1.º Estudos, pareceres e legislação sobre:

- Higiene e doenças profissionais;
- Salubridade e segurança dos lugares de trabalho;
- Desastres no trabalho;
- Instalação e funcionamento dos estabelecimentos industriais.

2.º Organização e direcção de:

- Museu de higiene e segurança industrial;
- Laboratório de higiene profissional;
- Propaganda dos conhecimentos de higiene dos trabalhadores, salubridade e segurança dos lugares de trabalho.

3.º Inquéritos e estatística sobre:

- Morbidade e mortalidade operárias;
- Desastres no trabalho.

Art. 4.º O pessoal da Inspeção é o seguinte:

- Um inspector sanitário chefe, médico.
- Um inspector sanitário adjunto, médico.

Art. 5.º Os vencimentos do pessoal da Inspeção são os seguintes:

- Para o inspector sanitário chefe, os de primeiro official chefe de secção;
- Para o inspector sanitário adjunto, os de primeiro official.

As ajudas de custo e subsídios de marcha são os que competem aos primeiros officials deste Ministério.

Art. 6.º Deixam de fazer parte do quadro privativo da Secretaria do Estado o médico graduado em primeiro official chefe de secção, e o médico graduado em primeiro official, que transitam para a Inspeção Sanitária do Trabalho, o primeiro para o lugar de inspector sanitário chefe e o segundo para o lugar de inspector sanitário adjunto.

Art. 7.º O médico inspector sanitário chefe fará parte dos Conselhos Superiores do Trabalho, Previdência Social e de Higiene Pública como vogal efectivo, tomando parte nas sessões ordinárias.

Art. 8.º Servirão de auxiliares desta Inspeção o pessoal técnico das circunscrições industriais e mineiras, inspectores e sub-inspectores do trabalho, as autoridades sanitárias e administrativas e os corpos administrativos.

Art. 9.º A Inspeção Sanitária do Trabalho solicitará da Direcção Geral da Estatística, dos provedores, directores e dirigentes de hospitais, casas de saúde, postos de socorros e consultas, maternidades e associações de socorros, os elementos necessários para a elaboração dos estudos e estatística de morbilidade e mortalidade operárias.

Art. 10.º Os inspectores sanitários chefe e adjunto podem promover junto das autoridades civis, judiciais, sanitárias e dos corpos administrativos o cumprimento das atribuições que lhes incumbam.

Art. 11.º Os lugares de inspectores sanitários deverão ser providos em médicos que tenham o curso de medicina sanitária.

Art. 12.º Fica o Governo autorizado a publicar os regulamentos necessários à execução da presente lei.

Art. 13.º Fica revogada a legislação em contrário.

Os Ministros de todas as Repartições o fazem publicar. Paços do Governo da República, 13 de Abril de 1918.—*Sidónio Pais*—*Henrique Forbes de Bessa*—*Martinho Nobre de Melo*—*Francisco Xavier Esteves*—*José Carlos da Maia*—*Manuel José Pinto Osório*—*João Tama-*